

Governo envia novo projeto de ajuste

Mas não há alteração no anterior. Foi a forma de ele não ser considerado emenda

BRASÍLIA — Ao final de um dia de muita confusão, o Palácio do Planalto mandou ao Congresso Nacional uma nova proposta de ajuste ao orçamento da União de 1989, que não altera nada a anterior, encaminhada semana passada. Segundo explicações da Secretaria de Planejamento da Presidência, foi uma "manobra jurídica", para evitar que o Congresso alterasse os termos fundamentais da proposta original.

Surgiram dúvidas quanto à mensagem de ajuste de orçamento, encaminhada na semana passada pelo governo. Membros do Congresso consideraram-na uma emenda e, portanto, passível de alterações em sua estrutura. O governo, por sua vez, entendia que era apenas um substitutivo, para alterar parte da primeira mensagem, encaminhada ao Congres-

so em agosto e, sendo assim, não podia sofrer modificações em sua essência.

Na proposta de ontem, o governo superou o problema jurídico, após entendimentos com o presidente do Congresso, Senador Humberto Lucena, que, com base na Constituição, aceitou a alteração no orçamento, que já era discutido. Mesmo o pagamento de 25% da dívida dos estados e municípios em 1989, rejeitada pelos governadores foi mantida na nova mensagem, assim como o superávit de 0,07% do Produto Interno Bruto nas contas do setor público.

Ontem, a Comissão de Orçamento do Congresso continuou reunida à noite e o mais provável, agora, é que o relator da comissão, senador Almir Gabriel, mantenha o acertado antes: os estados e municípios irão pagar em 89 apenas parte da dívida externa, de acordo com o sistema de cascata (quem tem uma dívida global de até US\$ 300 milhões, não paga nada; entre US\$ 300 e 500 milhões, paga 10% e rola 90%; entre US\$ 500 milhões e US\$ 1,0 bilhão, paga 20%; e acima de US\$ 1,0 bilhão, 25%).



André Dusek/AE

Cid Carvalho desabafa: "Querem salvar feijão com arroz"



Ricardo Chaves/AE